

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.175, DE 2004

Torna obrigatório a inserção de cláusula protetora de direitos humanos em contratos de financiamentos concedidos por instituições oficiais.

Autora: Deputada IRINY LOPES

Relator: Deputado JOÃO DADO

I - RELATÓRIO

A proposição em exame, de autoria da ilustre Deputada Iriny Lopes, objetiva obrigar a inclusão de “cláusula protetora dos direitos humanos” em todo contrato de financiamento concedido por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta.

A referida cláusula, cujos dizeres vão expressos no § 1º do art. 1º da proposição, estabelece a suspensão do contrato, pela autoridade competente, em caso de constatação de “violência, ameaça ou infringência a direitos fundamentais da pessoa humana”, “praticada no âmbito do empreendimento financiado”, se os fatos decorrerem de “ação ou omissão, dolosa ou culposa” “atribuível (...) ao mutuário ou financiado, pessoa física ou jurídica”.

As situações ensejadoras da suspensão são as correspondentes aos crimes previstos no art. 5º da Constituição Federal, no Código Penal ou na legislação penal especial, caracterizando lesão ou ameaça à incolumidade física ou moral de pessoa natural:

- a) “praticada por agente ou preposto do mutuário ou financiado” ou
- b) “decorrente de condições físicas da infra-estrutura ou operações de estabelecimento beneficiado pelo financiamento.

Confirmada a responsabilidade daquele, rescinde-se o contrato de pleno direito, com aplicação das penalidades contratuais, vencimento da dívida e multa sobre o valor atualizado do contrato.

Os repasses suspensos serão retomados, com atualização das parcelas postergadas, nos termos do contrato, quando:

- a) eximido ou absolvido o beneficiário do financiamento, ou seu agente, da acusação;
- b) os fatos forem dissociados das circunstâncias caracterizadoras de agressão aos direitos humanos.

Tendo sido analisada a iniciativa pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o voto pela aprovação (“admissibilidade e conveniência), proferido pelo ilustre Deputado Antônio Roberto, foi unanimemente aprovado.

Vem a proposição à apreciação da compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira, bem como de mérito. No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

II - VOTO DO RELATOR

Situações como as referidas na justificação do projeto de lei, pela nobre Autora, verificadas em empreendimentos financiados com recursos públicos ou por entidades de natureza privada pertencentes à Administração Pública, que subvertem os direitos fundamentais, como fazendas escravagistas, são, sem sombra de dúvida, inadmissíveis.

A complacência do Poder Público em relação a esses casos também é de ser revertida, obrigando-se a adoção de reprimendas, sanções e a obstaculização da continuidade dos desmandos e das ilegalidades.

Isso prepondera quando se tratam de direitos humanos, quando a dignidade da pessoa humana é deixada de lado, suplantada por interesses escusos ou econômicos, ainda mais no âmbito de projetos ou empresas financiados pelos órgãos e instituições governamentais.

Há que observar, no entanto, que, no sistema jurídico vigente no Brasil, não é possível aplicar sanções sem o trânsito em julgado de sentença condenatória, o que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania saberá muito bem analisar, no âmbito de suas competências regimentais precípuas.

Além disso, não se tratando de contratos administrativos, não prevalecem, para os financiamentos públicos, salvo melhor juízo, os princípios e preceitos que apontam para a supremacia da Administração e do Interesse Público, ainda que se cuide de proposição com elevado alcance social.

Para tentar contornar esses óbices, pedimos vênias para apresentação de um Substitutivo ao projeto de lei, procurando prestigiar a iniciativa, merecedora de todo nosso respeito e acolhimento, mas também as demais disposições constitucionais aplicáveis ao objeto da iniciativa parlamentar.

Por outro lado, nos termos do art. 32, X, “h”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão o exame dos “aspectos financeiros e orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual”.

A matéria tratada no PL nº 3.175, de 2004, não tem repercussão direta nos Orçamentos da União, eis que se revestem de caráter essencialmente normativo, sem impacto quantitativo financeiro ou orçamentário públicos.

De acordo com o Regimento Interno, somente aquelas proposições que “importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública” estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária. Nesse sentido dispõe também o art. 9º de Norma Interna, aprovada pela CFT em 29.05.96, *in verbis*:

“Art. 9º Quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira deve-se concluir no voto final que à Comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não.”

Diante do exposto, somos pela não implicação da matéria em aumento de despesa ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto aos aspectos financeiro e orçamentário públicos do PL º 3.175, de 2004.

No mérito, **votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.175, de 2004, nos termos do Substitutivo anexo.**

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado JOÃO DADO
Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.175-A, DE 2004

Torna obrigatória a inserção de cláusula protetora de direitos humanos em contratos de financiamentos concedidos por instituições oficiais, e dá outras providências.

Art. 1º Todo contrato de financiamento concedido por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta deve incluir cláusula protetora dos direitos humanos, estando sujeito a controle administrativo e jurisdicional privilegiado, nos termos do disposto nesta lei.

Parágrafo único. A cláusula a que se refere o *caput* terá os seguintes dizeres: “O trânsito em julgado de sentença penal condenatória de sócio, dirigente, administrador, empregado ou preposto do tomador do financiamento, por ameaça ou lesão aos direitos fundamentais tipificada como crime, ocorrida no âmbito de projetos financiados com os recursos objeto deste contrato implicará a imediata rescisão do contrato, com a suspensão dos repasses pendentes, o vencimento imediato das parcelas vincendas do pagamento da dívida e a aplicação das sanções por rescisão injustificada, em detrimento do mutuário ou financiado, ressalvada a declaração, na sentença judicial, de que o fato delituoso é dissociado do proveito advindo do financiamento.”

Art. 2º O disposto no artigo anterior não obsta as providências judiciais cabíveis quando em presença de manifesto desvio de finalidade na utilização de recursos públicos ou de recursos privados de entidades da administração pública indireta.

§ 1º Os registros de ocorrência policial, as representações perante os órgãos do Ministério Público, de controle interno ou dos tribunais de contas, e as queixas apresentadas perante qualquer membro da Magistratura serão objeto de apuração imediata pelos órgãos competentes, encaminhamento e decisão prioritária por parte do juiz.

§ 2º Constatada pelo juiz a presença de elementos caracterizadores de fundamento da ocorrência, representação, denúncia, inquérito ou queixa, mandará suspender de imediato a execução do contrato objeto de financiamento com recursos públicos, bem assim todo e qualquer repasse, direto ou indireto, por parte de órgão ou entidade da administração direta ou indireta, inclusive suas subsidiárias, fundos e equivalentes, e determinará a abertura da competente ação judicial.

§ 3º Julgada procedente a ação penal, por decisão irrecorrível transitada em julgado, além das sanções penais, administrativas e civis cabíveis contra os culpados, será declarada a rescisão do contrato referido no art. 1º, sem direito a qualquer indenização.

Art. 3º O disposto nesta lei se aplica aos contratos previstos nas Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 10.520, de 17 de julho de 2002, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, assim como às demais leis que regulem ou venham a regular os procedimentos de licitação e contratos administrativos, inclusive nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação pública.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado JOÃO DADO
Relator